



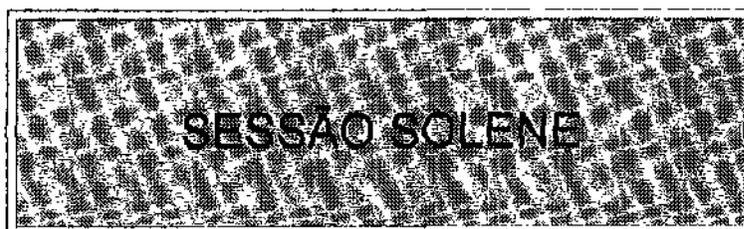
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA



54 laudas

NÚMERO: 35ª

35 3ª Sessão Ordinária de 17 de maio de 2000

ASSUNTO: TCH "Dra. MARIA ZÉLIA SERRA"

Comunicação

DATA: 18/05/00

HORA: t 5:40min as 17:36min



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA

**ATA DA 35ª
(TRIGÉSIMA QUINTA)**

**SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO
DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL
E DE OUTORGA DO TÍTULO DE
CIDADÃ HONORÁRIA DE BRASÍLIA À
D.^{ra} MARIA ZÉLIA SERRA,**

EM 18 DE MAIO DE 2000.

I - SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputada Maninha

LOCAL: Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 40 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 36 minutos



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

1 - ABERTURA

Presidente (Deputada Maninha):

Realiza-se nesta data a sessão solene em comemoração ao Dia Nacional de Luta Antimanicomial e de outorga do título de Cidadã Honorária de Brasília à D.^{ra} Maria Zélia Serra.

2 - COMPOSIÇÃO DA MESA

- **PRESIDENTE DA SESSÃO E PRESIDENTE DA CAS**, Deputada Maninha;
- **HOMENAGEADA**, Maria Zélia Serra;
- **PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CLDF E AUTOR DO REQUERIMENTO**, Deputado Wasny de Roure;
- **PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DF**, Eduardo Guerra;
- **VICE-PRESIDENTE REGIONAL DO PT**, Aríete Sampaio;
- **REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA**, Neodir Ferreira da Mota;
- **COORDENADORA DO MOVIMENTO PRÓ-SAÚDE MENTAL DO DF**, Eva Faleiros.

3 - PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO WASNY DE ROURE, autor do requerimento.

- Narra a história da luta antimanicomial no Brasil, iniciada no final da década de 70 por Eva Faleiros, Coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do DF.
- Descreve as opções de tratamento da loucura.
- Denuncia os maus-tratos a que são submetidos os portadores de problemas mentais no País.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

- Esclarece por que considera os manicômios ineficazes além de propagadores da violência.
- Defende a cidadania para os doentes mentais.
- Alerta para o retrocesso que tem sofrido o movimento **antimanicomial** no País e, **especialmente**, no DF.
- Lembra aos parlamentares o compromisso **assumido**, a partir de **1991**, com a aprovação de moção de apoio ao Projeto de Lei, de autoria do Deputado Paulo Delgado, que trata da extinção progressiva dos manicômios, e da proposta do Movimento Pró-Saúde Mental do DF de reforma psiquiátrica.
- **Cita, ainda**, a aprovação do Projeto de Lei dos Deputados Benício Tavares, Maninha e Cafu, em **1995**, que fixa diretrizes para a atenção à saúde mental no DF.
- **Destaca** as reformas no atendimento psiquiátrico implementadas pela Dra. Dulce, **ex-Diretora** do Hospital São Vicente de Paula, em Taguatinga.
- Solícita** a transcrição integral, nos Anais da Casa, da reportagem dos jornalistas Cláudia Bernal e Kido Guerra, do *Correio Braziliense*, sobre o retrocesso do sistema de saúde mental do DF.
- Refere-se ao requerimento da Deputada Maninha que solicita à psiquiatra Maria das Dores Carvalho, Coordenadora de Saúde Mental da Secretaria de Saúde, esclarecimentos a respeito do retrocesso do Hospital São Vicente de Paula no atendimento aos doentes mentais.
- Ressalta o reconhecimento da **sociedade** brasiliense à psiquiatra **Zélia Serra**.
- Relata a **trajetória** de vida da homenageada.
- Destaca a contribuição dos Drs. Henriqueta **Cammarotti e Augusto**, na direção do Instituto de Saúde Mental.
- Elogia as inovações realizadas por Zélia Serra à frente do Instituto de Saúde Mental de 1995 a 1998.
- Exalta os **responsáveis** pela consolidação desse Instituto durante o Governo Democrático e Popular.
- Repudia a política econômica do Governo Fernando Henrique.
- Reafirma a legitimidade da concessão deste título a Zélia Serra.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

ARLETESAMPAIO, Vice-Presidente Regional do PT.

- Desaprova a política do Governo Fernando Henrique.
- Salaria que a saúde, a educação e a reforma agrária são essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.
- Denuncia o retrocesso impingido pelo atual Governo do DF ao trabalho em prol da reforma psiquiátrica iniciado no Governo Democrático e Popular pelo Instituto de Saúde Mental e pela sociedade organizada.
- Conclama os presentes a continuarem lutando pela extinção dos manicômios e pelas conquistas alcançadas apesar dos entraves políticos.
- Acredita que a concessão deste título reveste Zélia Serra de maior responsabilidade.

EVA FALEIROS, Coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do DF.

- Cita o documento "Quarenta Anos de Loucura no DF", esboçado por ela e por Augusto.
- Defende a cidadania e a consequente autonomia dos portadores de doenças mentais.
- Elogia o trabalho da homenageada.

MARIA ZÉLIA SERRA, homenageada.

- Expressa o significado de seu trabalho para sua vida.
- Promete lutar incondicionalmente pela reintegração social dos portadores de transtornos mentais.
- Homenageia o auxiliar de enfermagem João Pedro ao enaltecer o trabalho dos bastidores da saúde mental.
- Reconhece a atuação dos assistentes sociais.
- Relata parte da história do Instituto de Saúde Mental, publicada na *Revista de Saúde* que comemora os 10 anos da entidade.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

- Exalta a contribuição de Inácio Republicano de **Oliveira** que, mesmo não **sendo** psiquiatra, foi o primeiro a dar um passo concreto para a fundação de uma unidade assistencial com características antimanicomiais.
- Destaca a importância dos anônimos que contribuem para mudar o quadro da saúde mental no País.
- Enfatiza o papel da gestalterapia, na pessoa do seu professor Valter **Ribeiro**, ao discorrer sobre a questão da convivência com os pacientes.
- Julga a luta antimanicomial parte de um contexto maior, a luta pela cidadania no Brasil.
- Lembra a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, no Rio de Janeiro, e o I Encontro de Trabalhadores de Saúde Mental, em Bauru, em 1987.
- Expõe os obstáculos anteriores e posteriores à implementação da reforma psiquiátrica no País.
- Denuncia o retrocesso do atendimento psiquiátrico em Santos, que já foi referência nacional.
- Comenta que o início da luta antimanicomial remonta ao XI Congresso Nacional de **Psiquiatria**, em 1990.
- Faz um histórico dos movimentos em prol da saúde mental.
- **Salienta** que 1995 marcou o início da reforma psiquiátrica no DF, com a criação da Coordenação de Saúde Mental **diretamente** ligada ao Gabinete do Secretário.
- Disserta sobre a resistência à reforma psiquiátrica, as conquistas e os retrocessos recentes.
- Lamenta o desmantelo do Instituto de Saúde Mental.
- Acredita que o êxito dessa luta depende do esforço multiprofissional.
- Questiona o destino da saúde mental no Brasil e os motivos dos constantes retrocessos nesta **área**.
- Narra episódios de sua vida que a impulsionam a continuar lutando por essa causa.



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA MANINHA, Presidente da sessão.

- Fala de impressões pessoais a respeito da homenageada.
- Critica o Governo Roriz por prejudicar o processo de reforma psiquiátrica no DF.
- Repudia o isolamento dos portadores de transtornos mentais.
- Enaltece o tratamento que o Governo Democrático e Popular prestou à saúde mental do **paciente**, no âmbito da família e das instituições.
- Comunica que a CLDF aprovou a criação de uma comissão que **visitará**, a partir da próxima semana, o Hospital São Vicente de Paula e o Instituto de Saúde Mental a fim de fazer um relatório ao Secretário de Saúde.

4 -ENCERRAMENTO

Presidente (Deputada Maninha):

- Declara encerrada a sessão,

II - DETALHAMENTO



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	1
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Senhoras e senhores, boa-tarde. A Câmara Legislativa do Distrito Federal sente-se muita honrada com a presença de todos vocês, principalmente das pessoas que estão sentadas no chão. Sejam bem-vindas. A Casa é de todos vocês.

Atendendo a requerimento do Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure, damos início, neste momento, à sessão solene em homenagem ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial e de outorga do título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Maria Zélia Serra.

Convidamos para compor a Mesa de honra desta sessão solene as seguintes autoridades: a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que nesta oportunidade presidirá esta sessão, Deputada Maninha; a nossa homenageada desta tarde, que, com certeza, tem o carinho de todos nós, Dra. Maria Zélia Serra; o Exmo. Sr. Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores e Primeiro Secretário desta Casa, Deputado Wasny de Roure, autor do requerimento que ensejou esta justa homenagem; o Sr. Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Dr. Eduardo Guerra; à Sra. Vice-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores e ex-Vice-Governadora desta Capital, Dra. Aríete Sampaio; o representante do Conselho Regional de Psicologia Sr. Neodir Ferreira da Mota; a Sra. Coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Eva Faleiros.

Neste momento, convido os presentes a cantarem o Hino Nacional.

(Hino Nacional.)

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	2

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

MESTRE-DE-CERIMÔNIAS - Registramos ainda a presença dos seguintes convidados: Sra. Elza Nogueira da Cruz Rocha, Sra. Marlene Moura de Moraes Rego, Sra. Júlia Souza e Silva, Sr. Júlio Corrêa e Silva, Sra. Mirna Filadelfo Leite Flores, Sra. Durcinéa Crispim de Sousa, Sra. Iracema de Abrantes Souto, Sra. Mônica dos Santos Guerra, Sra. Maria Mônica F. Ventura, Sra. Maria de Fátima Ribeiro da Silva, Sra. Ana Cristina de Alencar Bezerra, Sra. Marta Cardoso Novaes, Sra. Edite do Céu Faial Jaques, Sra. Margareth Menicucci, Sra. Sandra Silva, Sr. Vandelino Félix da Silva, Sra. Elisa Midori Okamura, Sra. Djalmira Rodrigues, Sra. Maria da Anunciação S. C. Alves, Sra. Maria de Fátima de Novais Gondim, Sra. Darly Dalva Silva Máximo, Sra. Maria das Graça Silva, Sra. Raimunda da Rocha Viana, Sra. Liana Haddad Monteiro de Castro, Sr. Augusto César de Farias Costa, Sr. Ann-Mai Beckman Meirelles, Sr. Walter F. da Rosa Ribeiro, Sra. Gismair Ana de Castro, Sr. Ricardo Lins, Sra. Célia Maria Teixeira Neves, Sr. Romeu Sérgio Maia de Albuquerque, Sra. Lia Silvia Kunzler, Sra. Elma Soares de Oliveira, Sra. Maria Henriqueta Camarotti, Sr. Ruy de Oliveira Barbosa, Sr. José Ornellas de Souza Filho, Sra. Ana Paula de Aquino, Sr. Antônio Carlos França, Sra. Viridina Gavani Rulli Costa e Sr. Renato Cãnfora Castro.

Com a palavra para fazer a abertura oficial desta sessão e conduzir os trabalhos, a Exma. Sra. Deputada Maninha.

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Declaro aberta a sessão solene da Câmara Legislativa do Distrito Federal que, em atendimento a requerimento do Deputado Wasny de Roure, destina-se a

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	3

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

homenagear o Dia Nacional da Luta Antimanicomial e outorgar o título de Cidadã Honorária de Brasília à Dra. Maria Zélia Serra.

Em boa hora, a realização desta sessão foi solicitada pelo nosso companheiro Deputado Wasny de Roure, de quem não preciso falar de suas ligações com a área de saúde mental e com a de saúde em geral. Quando eu ainda não era Deputada e apenas o Deputado Wasny de Roure estava aqui, na 1ª Legislatura, sua Exa. sempre foi o porta-voz das nossas reivindicações na Saúde. Tenho certeza de que a sensibilidade de Wasny de Roure como Deputado, como cidadão e, agora mais do que nunca, como Presidente de um partido que luta pela cidadania, fez com que S.Exa. se inspirasse e nos desse hoje esta sessão que não só homenageia a Zélia, mas é um protesto no Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

Faremos a entrega do título de Cidadã Honorária de Brasília à nossa companheira Zélia.

(Entrega do título.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Ouviremos, agora, as palavras do autor do requerimento que propiciou a realização desta sessão solene, companheiro Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Exma. Sra. Presidente, colega, médica e companheira de luta, Deputada Maninha; Cidadã Honorária de Brasília e companheira nesta luta, Dra. Maria Zélia Serra; Sr. Presidente do Conselho Regional de Medicina, Dr. Eduardo Guerra; Sra. Vice-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores, Dra. Aríete Sampaio; representante do Conselho Regional de Psicologia, companheiro Neodir

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	4

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Ferreira da Mota; Sra. Coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Dra. Eva Faleiros, no final da década de 70, a Organização do Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, em crítica ao regime militar, enfatizou a necessidade de transformações do modelo de assistência à saúde mental oferecida no País.

Em julho de 1987, após a realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental, um agrupamento de profissionais, decepcionados com o fracasso dos esforços realizados nesta direção, investe na realização do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, radicalizando suas posições, por meio do lema "Por uma sociedade sem manicômios". Nascia ali, naquele evento, realizado em dezembro do mesmo ano, em Bauru, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, fazendo uma exigência prática de que os hospícios fossem substituídos por outras instituições assistenciais capazes de garantir a liberdade e a dignidade dos usuários com base nos seus direitos de cidadania.

O seu surgimento marca a presença de uma nova consciência dos profissionais que exigem uma ampliação da luta técnica para os campos político, ideológico e cultural a fim de enfrentar o fortíssimo poderio econômico dos empresários da loucura, bem representados pela Federação Brasileira dos Hospitais, cujos interesses dominavam e ainda dominam as instâncias políticas governamentais responsáveis pela destinação dos recursos responsáveis pela destinação dos recursos públicos disponíveis para o financiamento da saúde mental pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	5
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Ao lado das intervenções político-culturais, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial tem impulsionado importantes experiências existenciais espalhadas pelo Brasil. Quase uma centena de novos serviços de saúde mental são animados a partir dos seus conceitos básicos, inventando-se novas possibilidades de relacionamento da sociedade com a loucura, a desordem e o imprevisível. Marcados pelo signo da luta e pela cidadania dos usuários, esses locais de acolhimento têm recebido os nomes de centros ou núcleos de atenção psicossocial, hospitais, espaços-dia, pensões protegidas, oficinas terapêuticas. Assim, inúmeros cidadãos, outrora condenados aos círculos viciosos dos hospícios, podem hoje experimentar suas crises num contexto marcado pela dignidade, pelo respeito e pela cidadania.

A consciência da necessidade de extrapolar os muros dos manicômios e de estabelecer um intenso diálogo com a sociedade levou à definição do Dia Nacional de Luta Antimanicomial como forma de convergir o conjunto das denúncias contra a violência dessas instituições para esta data, bem como de organizar uma vontade coletiva para transformá-las.

Hoje, 18 de maio de 2000, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial ocupa as praças e as ruas com criativas manifestações político-artístico-culturais, propondo à sociedade a reflexão crítica acerca dos altos custos impostos aos que sofrem mentalmente por meio da solução manicomial. Em todos os cantos do País, procuramos relembrar à sociedade a violência e a exclusão a que são submetidos os portadores de problemas mentais. A maior expressão dessa violência e dessa exclusão são os

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	6

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

manicômios psiquiátricos, onde se encontram, diariamente, mais de 60 mil pessoas em precárias condições de cuidado e de assistência, vítimas reais de maus tratos e da violência explícita. Precisamos mostrar à sociedade que o parque manicomial brasileiro, como assim podemos chamar, a cada ano consome meio bilhão de reais do sistema de saúde para desassistir e violentar a nossa comunidade. Meio bilhão de reais que interessam apenas a uma centena de empresários que lucram com uma rede de hospitais particulares defasados, inadequados e há muito ultrapassados, enquanto apenas 5% desse valor são destinados ao SUS, para os hospitais-dia.

Por esse motivo, neste 18 de maio, insistimos na reivindicação de que sejam adotadas medidas imediatas de reversão do financiamento de mais manicômios. É preciso que sejam estabelecidas medidas precisas para a extinção dos leitos hospitalares com o consequente redirecionamento dos recursos financeiros para a constituição de novas estruturas assistenciais ou para o suporte social da comunidade. É preciso que a sociedade exija justiça e a apuração radical das violações aos direitos civis, sociais e humanos das pessoas violentadas nessas estruturas. Deve-se exigir do Judiciário a revisão da política de manicômios judiciários com o desenvolvimento de programas alternativos que incentivem o desenvolvimento de associações populares e de organizações não-governamentais para a prestação de serviços alternativos e inovadores em saúde mental com amplo suporte técnico e financeiro dos governos e do Sistema Único de Saúde. Temos de lembrar sempre que trancar não é tratar e que a liberdade é o melhor remédio.

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	7

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Infelizmente, essa realidade de violência não é diferente das outras que vivemos no nosso país. Não é difícil imaginar que vivemos em um grande manicômio com a loucura de um presidente que considera lúcido pagar um salário mínimo de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais), onde é considerado loucura sonhar com um pedaço de terra para produzir, como sonham os trabalhadores do Movimento Sem-Terra. Nossa sociedade é violentada, a cada dia, como foram os índios na comemoração dos 500 anos, como são os sem-terra, as crianças e os trabalhadores. A nossa luta é, pois, contra todas as formas de violência e exclusão social, e a exclusão desse segmento de pessoas, a violência a elas, que são as portadoras de problemas mentais, tem de estar na pauta do dia-a-dia das nossas denúncias. Tem de estar na pauta do Congresso Nacional, que há mais de dez anos discute o Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado e ainda não o aprovou. Tem de estar na pauta desta Casa para denunciar os retrocessos nos hospitais públicos e os maus tratos aos portadores de problemas mentais no Distrito Federal. Tem que estar na pauta dos sindicalistas e dos demais movimentos sociais organizados.

A extinção dos manicômios com sua substituição por formas alternativas de atenção é, neste fim de século, uma exigência incontornável para a recuperação da cidadania dos doentes mentais. Precisamos, no entanto, consolidar uma vontade política para operar as transformações.

Na história dessa luta no Distrito Federal temos a convicção de muitos sucessos, mas ao mesmo tempo a preocupação com alguns



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	8
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

entraves, frutos de interesses inescrupulosos daqueles que fazem do sofrimento alheio uma forma de negócio.

Nossa preocupação em Brasília procede da lembrança da experiência de Santos, a qual gostaríamos de fazer uma breve recapitulação. Após oito anos da revolução no atendimento ao doente mental naquela cidade, após as administrações da prefeita Telma de Souza - aliás, inclusive ontem eu e a Deputada Maninha estivemos com ela, que volta à disputa pela prefeitura da cidade - e do prefeito Davi Capistrano, experimenta-se hoje a volta dos métodos antigos de trancafiar pacientes no Hospital Anchieta. Aquele que havia se tornado um símbolo da reforma psiquiátrica voltou a ser um verdadeiro presídio para afastar do convívio social esses cidadãos, uma fábrica de loucos onde, ao invés da cura, tem-se a cronificação da doença.

Manifesto aqui minha solidariedade ao Dr. Roberto Tikanori, ex-diretor daquele hospital, hoje sendo processado pelo crime de tornar realidade, durante oito anos, o sonho de resgatar a cidadania de pessoas portadoras de sofrimento psíquico.

Lembro que o Dr. Tikanori esteve aqui, nesta Câmara Legislativa, em maio de 1991, no lançamento do Movimento Pró-Saúde Mental do DF, expondo suas experiências e suas esperanças. A partir desse dia, esta Câmara, sensibilizada com a causa do Movimento, assumiu compromissos que precisam ser resgatados.

Aprovamos por unanimidade uma moção de apoio ao Projeto de Lei do Deputado Federal Paulo Delgado, que "dispõe sobre a extinção



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	9

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória". "O manicômio não passa de uma hotelaria de pobre, com sedação e humilhação permanentes", diz o texto do projeto.

Também em 1991 aprovamos a proposta do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal que se constituiu no art. 211, da Lei Orgânica do Distrito Federal em favor da reforma psiquiátrica.

Em 1995, quando então eu era Secretário de Fazenda, foi aprovado Projeto de Lei dos Deputados Benício Tavares, Maria José Maninha e Antônio José - Cafu, sancionado pelo Governador Cristovam Buarque, que "fixa diretrizes para a atenção à saúde mental no Distrito federal e dá outras providências".

Esta Casa, que em outras ocasiões mostrou sensibilidade a essa causa, não pode permitir que, após vários anos de avanço pela reforma psiquiátrica no Distrito Federal, tenhamos que ler manchetes como da última segunda-feira no *Correio Braziliense*: "Retrocesso - O sistema de saúde mental do Distrito Federal rema na contramão das conquistas da reforma psiquiátrica e os internos do Hospital São Vicente de Paula são proibidos de circular no local".

Os internos não podem mais andar livremente pelo Hospital São Vicente, ficam restritos a uma ala de 200 m² - o mesmo Hospital São Vicente de Paula, em Taguatinga, que a partir de 1995 havia passado por uma radical transformação, com a implantação do hospital-dia e outras medidas humanizantes.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	10

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Eu gostaria de, nesta oportunidade, homenagear com uma salva de palmas a nossa companheira Dulce, que foi diretora do Hospital São Vicente de Paula. (Palmas.)

Segue a reportagem: "O fim da liberdade, considerada saudável pela corrente da psiquiatria moderna - pois não restringia o convívio de loucos em crise com pacientes já em recuperação e seus parentes -, veio no início de 1999. O retrocesso foi marcado pela volta das cercas, pelas portas trancadas, enfim, pelo confinamento que agrava a situação do paciente e cronifica seu quadro clínico, tornando a doença irreversível... As conquistas obtidas no maior hospital psiquiátrico do Distrito Federal em anos anteriores foram sendo revertidas aos poucos e atingiu não apenas os internos, mas também os usuários do Hospital Dia". (sic)

Parabenizo os jornalistas Cláudia Bernal e Kido Guerra pelo importante trabalho. Estou solicitando a transcrição, na íntegra, dessa reportagem nos Anais desta Casa e espero que esta Casa possa acolhê-la, bem como possa ter os esclarecimentos por parte da Psiquiatra Maria das Dores Carvalho, coordenadora de Saúde Mental da Secretaria de Saúde, sobre o processo de retrocesso nessa casa de saúde mental, o Hospital São Vicente de Paula. Parece-me que a Deputada Maninha é autora de um requerimento acerca desse assunto.

Dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Tenho certeza de que a cidade de Brasília não poderia ter escolhido melhor data para retribuir o amor que lhe dedica há muitos anos a Dra. Maria Zélia da Silva Rocha Serra. Sua carreira, sua trajetória profissional, sua luta, seus

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	11

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

ideais, sua dedicação e seu carinho por nossa cidade já a consagraram cidadã brasiliense há muitos anos. Hoje, apenas formalizamos aquilo que todos que conhecem a sua obra e o seu coração já sabem: a Dra. Zélia Serra é uma cidadã de Brasília.

Baiana de nascimento, filha da cidade de Vitória da Conquista, nasceu predestinada à causa dos discriminados, dos excluídos, graças à sua indiscutível inteligência, sensibilidade social e ao raro zelo profissional. Concluiu o curso de Medicina, em 1958, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador. Ainda em Salvador, especializou-se em Psiquiatria, transferindo-se para Brasília em 1963, onde cursou pós-graduação na UnB. Aqui se radicou, aprimorou-se tecnicamente, detendo, hoje, extenso e invejável currículo a serviço da Saúde Mental. A vida da Dra. Zélia é um longo e permanente exercício de amor, um testemunho de persistência no exercício da medicina psiquiátrica.

Em 1987, Zélia ingressou na Fundação Hospitalar, fazendo parte da primeira equipe da inovadora experiência do Instituto de Saúde Mental da Granja do Riacho Fundo. Expurgada do instituto em 1990, por discordar dos rumos que aquele instituto tomava, dedicou-se à Psiquiatria no Centro de Saúde nº 8, na assistência aos portadores do vírus HIV. Em 1993, voltou ao Instituto de Saúde Mental, na gestão da Dra. Henriqueta Cammarotti e do Dr. Augusto, ambos aqui presentes, pessoas que, sem dúvida, são coadjuvantes dessa brilhante trajetória. Não poderíamos falar do trabalho de Zélia sem mencionar esses dois psiquiatras que deram importante contribuição à luta antimanicomial em nossa cidade. Portanto, à Dra.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	12

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Henriqueta e ao Dr. Augusto os mais profundos respeitos pela contribuição que vêm dando, sobretudo aos pacientes. (Palmas.)

Durante o Governo Democrático e Popular, de 1995 a 1998, Zélia assumiu a direção-geral do instituto, buscando a consolidação de um projeto revolucionário de hospital-dia. A respeito do instituto, disse Zélia em um artigo seu em 1997: "Esperamos tornarmo-nos capazes, agora neste momento histórico, da não-utilização do conceito do louco como objeto político, mas que, junto com ele, enquanto sujeito político, possamos encontrar a compreensão desse misterioso fenômeno humano da loucura. Só assim, as mudanças no modelo de atenção já implantadas não ficarão sujeitas às mudanças político-administrativas. O Instituto de Saúde Mental só será, de fato, realidade, quando for parte de uma rede de atenção à saúde, por ela renovada."

A nossa homenageada, por sua profunda sensibilidade social, tornou-se, antes de tudo, uma das maiores conhecedoras da realidade da saúde mental da capital brasileira.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de aqui tributar também os mais profundos reconhecimentos ao Dr. João, nosso primeiro Secretário da Saúde e à companheira Maninha, que o sucedeu frente àquela Secretaria, onde exerceram papéis fundamentais para que o instituto pudesse ser consolidado na gestão do Prof. Crisíovam Buarque e Aríete Sampaio.

Em todos esses postos fez brilhar ainda mais a sua capacidade de trabalho com sua seriedade, dedicação e amor àquilo que faz.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	13

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Esta solenidade é mais que um ato simbólico, que consagra uma servidora pública, nesses anos difíceis para o servidor por conta dessa desastrosa política econômica de FHC, avalizada pelo atual Governo do Distrito Federal. Expressa, também, o reconhecimento do povo de Brasília a um modelo de profissional que tem dedicado toda a sua capacidade intelectual a uma das mais nobres causas, a luta antimanicomial, ainda muito pouco reconhecida em nosso país.

Brasília homenageia uma cidadã não só simples e querida no seu meio profissional, mas uma mulher polêmica, questionadora, radical quando preciso e, acima de tudo, coerente com os princípios que sempre defendeu.

Estou orgulhoso de ter tomado essa iniciativa que nada mais é do que uma retribuição por tudo que Zélia já nos tem proporcionado.

Muito obrigado, Zélia. Muito obrigado a você!

Quero externar nosso abraço fraterno a sua família, seus filhos Raíssa e Leonardo, netas, seus amigos que aqui comparecem e que, sem dúvida, fazem parte dessa luta e desta homenagem.

Por fim, Sra. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, aproveito esta data e esta solenidade para reafirmar nossos princípios de luta por uma sociedade justa, fraterna e solidária, que inclui, sem dúvida, uma sociedade sem manicômios.

Muito obrigado. (Palmas.)

MATÉRIA A QUE SE REFERE O DEPUTADO WASNY DE ROURE EM SEU DISCURSO:



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
------	----------------	------------------	--------

TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)
---------------	------------	-----------

LOUCURA

O sistema de saúde mental do Distrito Federal rema na contramão das conquistas da reforma psiquiátrica e os internos do Hospital São Vicente de Paulo são proibidos de circular no local

REINPROCESSO

"Meu amigo, embora tenhas perdido o senso comum, tua alma é tão espiritual, tão pura, tão mortal como a nossa; mas a nossa «M bem abrigada, a tua não; as janelas da casa estão fechadas... Falta-lhe ar, ela sufoca"

Voltaire, em *A Alma Material*

Claudia Bernal e Kido Guerra
Da equipe do *Correio*

AS JANELAS DO HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, EM TAGUATINGA, PERMANECEM ABERTAS, MAS HA CERCAS E PORTAS TRANCADAS QUE SEPARAM A AU DOS PACIENTES PSIQUIÁTRICOS INTERNADOS DOS QUE PASSAM APENAS O DIA EM TRATAMENTO. NÃO ERAM ASSIM NO PRINCIPAL CENTRO DE SAÚDE MENTAL DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, QUE ATENDE A MÉDIA DE 6 MIL PACIENTES POR MÊS.

Até a final de 1998, os internos, facilmente reconhecidos pelos uniformes — e que precisam de cuidados especiais pois estão com sofrimento psíquico mais acentuado — podiam circular livremente por todas as dependências do São Vicente de Paulo, em torno de 2 mil metros quadrados de área construída. Caminhavam por seus longos corredores sem cor ou pela pequena área verde. Conversavam com os servidores que ali trabalham, famílias e também com os doentes do chamado Hospital Dia, os que vão se tratar, inclusive em oficinas terapêuticas, mas que voltam para casa no fim da jornada e nos finais de semana.



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO/ REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

Não o fazem mais. Hoje, firam dias e até meses (há pacientes que estão há dois, três, seis meses internados) no espaço destinado exclusivamente à ala de internação, que se resume a uns 200 metros quadrados. Dezenas de inquietos ou quietos até demais passam facilmente de altas gargalhadas a longos momentos de tristeza e melancolia, ao choro compulsivo. Clamam por alta a qualquer um que chega — ainda que não possa ter. Sequer podem juntar-se aos que estão em tratamento no Hospital Dia, "Queria ir para lá, mas a enfermeira não deixa", sussurra Sérgio. 21 anos, há seis meses na internação por conta de uma crise acentuada de esquizofrenia.

Afoito, estende os braços para fora da cerca do hospital e faz o convite para entrar. Quer contar histórias, quer atenção. Divaga sobre a vida que gostaria de ter "lá fora" no R Norte, onde morava com a família antes da internação. Deixa, inventa histórias fantásticas entre palavras rápidas e desconexas, da época que era artista de cinema, do lho que tem e do mais velho que ele, da "mágica" que fez em casa com palitos de fósforo, resultou em queimaduras pela barriga. Sérgio está em um dos 52 leitos que permanecem sempre ocupados.

HOSPITAL DIA

O fim da liberdade, considerada saudável pela corrente da psiquiatria moderna — pois não restringia o convívio de loucos com crises com pacientes já em recuperação e seus parentes —, veio no início de 1999. O retrocesso foi marcado pela volta das cercas, pelas portas trancadas, e foi o confinamento que agrava a situação do paciente e cronifica seu quadro clínico, tornando a doença irreversível.

"Não tenho a menor dúvida de que isso é um absurdo, um retrocesso", lamenta um dos mais respeitados psiquiatras do país, Edmar Oliveira, que desde janeiro é diretor do maior e mais antigo hospital psiquiátrico do Brasil, o Centro Psiquiátrico Pedro II, fundado em 1911, no Rio de Janeiro — ali os internos caminham livremente pelo hospital.

As conquistas obtidas no maior hospital psiquiátrico do Distrito Federal em anos anteriores foram sendo revertidas aos poucos e atingiu não apenas os internos, mas também os usuários do Hospital Dia. "Houve um remanejamento dos funcionários do Hospital Dia para outros setores do hospital e as atividades que essas pessoas organizavam com os usuários foram sendo extintas", conta Moema Schmidt, estudante de Psicologia da Universidade de Brasília, que fez seu está-



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

glu supervisionado no São Vicente de Paulo,
Ela acompanhou de perto as mudanças e o es-
vaziamento promovidos pela nova direção do
hospital: o fim dos encontros das segundas-feiras
com os usuários do Hospital Dia, o fim das ofic-
nas de leitura coletiva de jornais, a proibição de
recebimento de pacientes pelos auxiliares de ní-
vel médio, a centralização da triagem de usuários
nas alas de emergência e de internação. "Foram
desmantelando o Hospital Dia", conta Moema,
que concluiu estágio de um ano no ambulatório
do São Vicente. "Não tinha mais o que fazer por lá,
e tive que ir para o ambulatório."

Apesar de seu esvaziamento, o Hospital Dia
ainda existe e mantém algumas atividades tera-
pêuticas. As sessões de musicoterapia da oficina
da ala dos internados, por exemplo, são feitas
ali, esclarece a chefe da emergência do São Vi-
cente, a psiquiatra Maria das Dores Carvalho,
que também é coordenadora de Saúde Mental
da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ela
conta também que a instituição promove um
passeio semanal com os internados. Vão ao Par-
que Onoyama, n lanchonetes, enfim, segundo
ela, não vivem confinados.

Mas as mudanças promovidas pela atual dire-
ção do São Vicente também têm suas justificati-
vas. Segundo Maria das Dores, a voltadas cercas e
das portas trancadas por período integral são uma
questão de "operacionalidade". Deixar o doente
da internação livre, explica, pode facilitar a sua fu-
ga. Deixar as portas abertas poderia gerar um val-

e-vem entre os doentes em tratamento no Hospi-
tal Dia, o que, acredita, acabaria atrapalhando o
desenvolvimento das atividades.

"Isso não quer dizer que estamos cerceando a
liberdade do usuário", enfatiza Maria das Dores.
"É uma questão de organização, não de restrição."

Apesar de tudo, para o psiquiatra Edmar Olivei-
ra, mestre em medicina social, o Hospital São Vi-
cente de Paulo é um exemplo claro de uma insti-
tuição que está caminhando contra os avanços
defendidos pela chamada reforma psiquiátrica.
Trata-se de um movimento que se intensificou
mundialmente nos anos 80 com o objetivo de hu-
manizar o tratamento de loucos, com o menor
tempo de internação possível e tratamentos alter-
nativos que promovam sua inserção na sociedade
e o convívio com pessoas, digamos, sãs.

Segundo Edmar, várias experiências feitas em
hospitais psiquiátricos de diversos países e tam-
bém do Brasil, como o próprio Pedro M, compro-
vam que abrir as portas da internação pode, sim,
aumentar o número de evasão de pacientes. Mas
só no início. Depois, o número cai pela metade.
Para evitar problemas como esse, completa o mé-
dico, bastaria que os servidores ficassem mais
atentos em relação aos usuários. Em outras pala-
vras, na "cola" deles.

A direção do São Vicente de Paulo garante que
também defende a reforma psiquiátrica, "São
apenas formas diferentes de se trabalhar com o,
mesmo objetivo final", diz Maria das Dores.
Alternativas diferentes que tiveram um resul-



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO/ REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

tado claro: doentes que poderiam estar convivendo durante todo o dia com transtornos mentais mais leves e, com isso, dizem os especialistas, apresentar sucessivas melhoras, têm pouca chance de fazê-lo. Loucos convivem basicamente com loucos.

"Depois do surto, que, quando muito, chega a 72 horas, o ideal é que a pessoa tenha interação com outras pessoas mais próximas à realidade", acrescenta o psicólogo Fernando Freitas, doutor em psicologia pela Universidade de Louvain, na Bélgica, e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). "Isolar os pacientes é um passo pra trás", analisa.

Como é também um retrocesso, segundo ele, a restrição à visita das famílias em qualquer horário — regra que existe no São Vicente desde o início do ano passado. Nos anos anteriores, parentes e amigos de usuários, inclusive crianças, podiam visitar os seus quando bem quisessem. O resultado era animador: com a circulação dos pacientes em crise e maior contato com outras pessoas, até o mísero de contenções (amarrá-los fita amarela quando extremamente agitados) baixou para um zero, lembra um funcionário do hospital que, temendo represália, prefere não se identificar.

A contenção era mínima porque a angústia do usuário diminuía muito com a maior liberdade e contato com o outro. O sofrimento dava lugar ao cansaço. Hoje, a própria Maria das Dores admite que há contenções diárias, duas ou três. "Mas é uma prática muito comum, usada para evitar que o usuário machuque a si e aos outros."

Quanto ao limite do horário de visitas, o hospital esclarece que a medida foi tomada visando a própria recuperação dos pacientes. "Imagine que um deles está participando de uma atividade e chega a mãe, que interrompe o tratamento", explica Maria das Dores.

Não é em que acredita o especialista Fernando Freitas. Se o objetivo em relação ao transtorno mental é reintegrá-lo à sociedade, uma integração entre o parente que chegou para a visita e a atividade que o paciente estivesse realizando seria bem-vinda, explica. "Basta saber trabalhar a situação", diz o professor da UERJ.

O diretor do Pedro II, Edmar Oliveira, também se surpreende ao saber que agora, no São Vicente de Paulo, as visitas só podem ser feitas entre 15h e 17h. "O modelo clínico de tratamento é diferente da psiquiátrica. Isso que está havendo aí em Brasília é um retorno do hospício", adverte. "É esse modelo que perverso."



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

MODELO CRUEL

É lamentável que atual governo do Distrito Federal tenha abordado um projeto, desenvolvido até 1998, de transformar o São Vicente de Paulo num Centro de Atendimento Psico-social (CAPS)", afirma Tânia Rivera, psicóloga e professora de Psicologia da UnB. Os CAPS oferecem atenção multidisciplinar e diversas atividades com ênfase na convivência social e no respeito aos direitos do paciente. Consta da linha de atuação da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que por sua vez, segue os preceitos da Organização Mundial de Saúde. "Essa mudança de rumo trará sérias consequências na saúde mental do DF", alerta Tânia.

O modelo de confinamento em hospitais é perverso e cruel porque, no fundo, não passam de depósitos de louros. O manicômio é visto rumo a uma instituição total. Ali, o louco torna-se um preso do sistema. Tem horários rígidos, isolamento, limites muito claros (como a restrição da própria liberdade de ir e vir), se distancia cada vez mais do controle da doença e passa inclusive a adquirir trejeitos típicos, como olhar perdido e andar em ritmo de marcha.

li esse olhar perdido que mostra a frágil Regina, de 18 anos, cabelos presos em trança, passos vagarosos e em descompasso. É amparada pelos colegas de internação enquanto chora compulsivamente. Grita palavras impossíveis de se decifrar. Uma depressão profunda a deixou assim.

Antes do almoço composto de arroz, feijão, malonese, carne cozida e mamão como sobremesa, as 1h, deixa-se levar pelo cansaço e se joga na grama. Tenta descansar enquanto chora. Queria que a mãe estivesse ali com ela e ao contar isso, chora ainda mais. Mas ainda faltam quatro horas para que algum parente do Céu Azul possa vê-la.



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

LOUCURA

A questão da humanização no tratamento dos distúrbios mentais será discutida essa semana, em comemoração ao Dia Nacional da Luta Anti-Manicomial, 18 de maio

DEPOSITO DE LOUCOS

Nem tudo desandou no Hospital São Vicente de Paulo. O número de internações diminuiu consideravelmente. Antes da mudança de direção, ocorrida com a mudança de governo, em janeiro de 1999, havia 32 leitos no hospital e 288 entre a Clínica Planalto, em Planaltina, e o Hospital Espírita de Anápolis. São hospitais particulares, também pouco afetos aos progressos da reforma psiquiátrica, e conveniados com o SUS, cada qual com 144 leitos exclusivos para a demanda que não era suprida no São Vicente. Na total, eram 320 vagas ocupadas mensalmente.

Agora são apenas 196 internações. O convênio com o hospital de Anápolis não existe mais desde fevereiro deste ano e sobram os 144 leitos da Clínica Planalto. Clínica que, aliás, vem recebendo denúncias de maus tratos aos pacientes ali internados. "Diminuímos em 40% o número de internações", frisa a chefe da emergência do São Vicente do Paulo, Maria das Dores Carvalho. E remete isso ao número de pacientes que, mesmo em crise, estão sendo tratados apenas no Hospital Dia, que voltam para casa a noite e não recorrem a internação.

Opções de tratamento como em um Hospital Dia são hoje o melhor remédio para evitar internações. Especialistas acreditam que um paciente em crise pode ser tratado com poucos remédios, atividades terapêuticas, oficinas produtivas e retornar para casa.

"Isso, quando funciona. O fato é que o Hospital Dia do São Vicente do Paulo foi sendo desmantelado, e seus funcionários foram perdendo a autonomia de trabalho para outros setores da instituição", lembra a ex-estagiária do Hospital Dia, Moema Schmidt. Recordar-se de um episódio emblemático das mudanças de rumo e esvaziamento do Hospital Dia do São Vicente: "Certa vez uma auxiliar foi levar dois ou três pacientes a uma consulta com uma psiquiatra. Outra usuária seguiu o grupo. Chegando no ambulatório, quem acabou sendo levada para a internação foi essa última usuária, que sequer tinha consulta marcada. A auxiliarnada pôde fazer para evitar a internação."

CRISE

Há um mês, Justino, 37 anos, está em casa. Já havia ficado bem mais tempo, em 1998, quando mesmo em momentos de crise, passou quase o ano todo se tratando no Hospital Dia do São Vicente. Adorava. Pois foi a época em que livrou-se das sucessivas internações que o atormentavam ainda mais — ora no São Vicente, ora na Clínica Planalto. "No Hospital Dia, ficava fazendo atividades"



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

des, andando no campo de bola", conta ele, com o sorriso largo, olhos que se retorcem, gargalhadas altas que levam o queixo as alturas. "Andava na grama, lia revistas, comilano talherim", continua. Vitória: havia deixado de comer só com colher, como ocorre na ala dos intervalos. Usava garfo e faca. **Sentia-se bem.**

"O povo que mora aqui perto até admirava o tanto que ele **tava bom**", lembra a mãe, dona **Isaura Souza**, 60 anos. Ano passado as internações voltaram com novas crises. **Justino** não pode mais ser admitido diretamente no Hospital Dia. "Esse ano ele já foi internado é muitas vezes. Perdi a conta", lamenta dona **Isaura**.

"Gostava mais quando o filho, que padece de "frenia" ou "loucura mesmo", e ama Igualzinho aos outros oito que não têm nada. **tratava-se** apenas no Hospital Dia. Voltava para casa cansado e ia dormir. "Não dava trabalho nenhum."

Agora, espera que demore muito para que uma nova crise acometa Justino, "esse homem forte aí". São momentos em que é preciso chamar a vizinhança toda para segurá-lo, tamanha a agitação, tantos os delírios. Chega a dizer que quer matar os outros.

Um, dois, no máximo três dias depois, volta a ser (tone. Mas nesse vai e vem acaba ficando internado por um mês. "Agora quero ficar em casa, assistindo televisão, ouvindo rádio, dormindo, comendo e fumando meu cigarrinho", sonha Justino, na vida livre de que vem desfrutando há um mês.

Como depois do Hospital Dia o melhor a fazer é ir para casa, a responsável pela saúde mental na Secretaria de Saúde do DF, **Maria das Dores Carvalho**, esclarece que dois novos programas serão em breve implantados. Um deles: a criação de serviços residenciais terapêuticos, para pacientes que não têm mais vínculos familiares — mais de 100 no DF: 30 na Clínica Planalto e 70 no Hospital

PROGRAMAÇÃO

DE 16 A 30 DE MAIO

Exposição com trabalhos produzidos por pacientes rfo» serviços de saúde mental Espaço Cultural Renato Russo (508 Sul). A abertura é terça-feira, com palestras do psicanalista junguiano Frederico Menezes e do professor de antropologia da UnB, José Jorge de Carvalho. Haverá exibição de vídeos e performances

18 DE MAIO

Dia Nacional da Luta Antimanicomial

9h: discutindo a loucura na rua, na rodoviária do Plano Piloto. Apresentação de teatro, exposição de manicômios e discussão com o público

15h: sessão solene sobre o dia nacional da luta antimanicomial, no auditório da Câmara Distrital da DF

DIÁ 11)

14h: mesa redonda no auditório do Hospital Regional da Asa Norte (Hran) com os expositores: COSAM-DF, Projeto Qualis/SR, acompanhamento terapêutico, familiar de usuário de serviço de saúde mental.



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO / REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

Espírito de Anápolis. Serão lares, pensões e chácaras abrigados, com equipe de enfermagem e apoio, onde os grupos de oito pacientes em alta, e abandonados pela família, poderão viver. "Já estamos procurando os locais, e dentro de três meses o programa deve começar a funcionar", conta Maria das Dores.

A outra boa notícia é um programa previsto para começar ainda neste semestre, o Centro de Tratamento de Dependência Química, destinado a usuários de drogas.

Transformar hospitais psiquiátricos em serviços de atendimento 24 horas e leitos de curtíssima permanência (no máximo três dias), além da implantação dos projetos citados, são exigências do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal.

O movimento foi criado em 1991 por profissionais, usuários e familiares, com o objetivo de conscientizar a sociedade e as autoridades governamentais para a necessidade de garantia dos direitos dos usuários dos serviços em saúde mental. Exige serviços abertos e substitutivos à internação, além da inclusão social dos pacientes, to

que a corrente moderna do psiquiatria chama de desinstitucionalização.

A cidade cearense de Quixadá, a 111 quilômetros de Fortaleza, já sabe o que é essa tal desinstitucionalização. Ali, até 1991, uma média de 100 pessoas por ano eram encaminhadas para internação num hospital psiquiátrico de Fortaleza. Esse número baixou para apenas quatro, com a abertura de um Centro de Apoio Psicossocial. Um sucesso. Outros estados, com o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, conhecem experiências semelhantes.

Aprsar do sucesso de casos como o do Quixadá, a regra no Brasil — e não só no Distrito Federal — ainda é o confinamento dos loucos. O Sistema Único de Saúde destina, anualmente, R\$450 milhões para clínicas e hospitais espe-



DATA	HORÁRIO INÍCIO	SESSÃO/REUNIÃO	QUARTO
TAQUIGRAFO(A)	REVISOR(A)	ORADOR(A)	

cializados no tratamento de saúde mental em todo o país, muitos deles particulares. Desse total, apenas 5% são destinadas para experiências alternativas, como os Hospitais Dia.

id essn lógica de confinamento que o Movimento Pró-Saúde Mental quer evitar que continue acontecendo. Exige a manutenção de programas com a Equipe Comunitária, que funcionou no DF durante todo o ano de 1998, e foi extinto com a mudança de governo. O programa atendia a 300 famílias de usuários que não podiam, por dificuldades de locomoção, ou se recusavam a sair de casa, «m decorrência do próprio transtorno mental. Uma equipe composta por psiquiatria, psicólogo, assistente social e auxiliar de enfermagem visitava semanalmente a casa d» paciente para dar continuidade ao tratamento. A psiquiatra Maria das Dores esclarece, porém, que o aluai Saúde na Família cumpre o papel d» Equipe Comunitária.

LUTA

O Movimento f milhem ameaça que o projeto de lei do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG), que visa extinguir gradativamente os manicômios em todo o país, seja aprovado pelo Congresso Nacional. Depois do sofrer várias emendas, o substitutivo tramita hoje na Comissão de Assuntos Sociais da Câmara dos Deputados e espera aprovação. Contra o projeto, aliás, existe no Congresso um lobby poderoso comandado por donos de hospitais particulares: não P a toaque, há dez anos, o projeto espera a aprovação.

A questão do tratamento de distúrbios mentais será rediscutida esta semana, em comemoração ao Dia Nacional da Luta Anti-Manicomial, 18 de maio. Os defensores do fim dos hospitais esperam avanços na implantação do modelo que, segundo o psicólogo Fernando Freitas, professor da UERJ, tem fortes chances de ser adotado com sucesso no Brasil.

Criado em meados dos anos 60 pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia, esse modelo reestruturou totalmente os manicômios italianos. Hoje, na Itália, praticamente só existe internação voluntária. Detalhe importante: antes de Basaglia, o país era um dos mais retrógrados do mundo no tratamento psiquiátrico. Se em uma cidade moderna como Brasília retrocede em aspectos tão fundamentais na atenção a saúde, Fernando Freitas tem a explicação: "É mais fácil para uma equipe trabalhar mantendo o doente mental preso." Um depósito de loucos. (Claudia Bernal e Kido Guerra)

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	14
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Eu gostaria de registrar a presença dos filhos da Dra. Zélia, Raíssa Xavier Carneiro e Leonardo Xavier Carneiro; das netas Raquel Rocha Vilarinho e Helena Rocha Vilarinho e do sobrinho Pedro Ivo Rocha de Macedo.

Vamos ouvir agora o Coral Livre Em Canto, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob a regência da maestrina Danielli Baggio Mendes, que estará aqui abrilhantando esta sessão solene e homenageando a Dra. Zélia.

(Apresentação musical.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Agradeço ao Coral Livre Em Canto e, em especial, à maestrina Daniele Mendes.

A Presidência registra a presença dos seguintes convidados: médico da Promotoria de Defesa da Saúde - Prosus, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Sr. Francisco Rosenélio de Carvalho; diretora do Anankê - Centro de Atenção à Saúde Mental, Sra. Maria do Rosário Dias Varella; diretora de Coordenação Legislativa do Senado Federal, Sra. Heloísa Helena Dias; representante da Associação dos Moradores Alfa-Ômega, de Ceilândia Norte; diretor regional adjunto da ECT/Brasília, Sr. Ornilo Luso Ferreira Filho; assessora técnica da Subsecretária de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Sra. Sônia de Lima Belchior; vice-chefe do Departamento de Enfermagem da UnB, Sra. Maria Aparecida Gussi; Sra. diretora de Imprensa do Sindicato dos Médicos, Mariângela Delgado Athayde Cavalcante; diretor da ECT, Fernando Godoy.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	15
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Passamos a palavra à Sra. ex-Vice-Governadora do Distrito Federal e Vice Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores, Aríete Sampaio. (Palmas.)

SRA. ARLETE SAMPAIO - Exma. Sra. Presidente desta sessão, Deputada Maninha, companheira de lutas pela saúde do Distrito Federal; Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure, autor do requerimento que possibilitou esta sessão e que também nos brindou com um belo discurso - torno minhas as suas palavras; Sr. Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Eduardo Guerra; representante do Conselho Regional de Psicologia, Sr. Neodir Ferreira da Mota; coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Sra. Eva Faleiros; e minha querida amiga Cidadã Honorária de Brasília, Maria Zélia Serra; a nossa vida comporta, permanentemente, momentos de alegria, momentos de tristeza, decepções e surpresas. Procuramos lutar constantemente para que, de fato, possamos ter condições de sobrevivência, digna e decente neste país.

Infelizmente, todos nós, brasileiros, estamos num desses momentos difíceis para o nosso país. Como disse o Deputado Wasny de Roure, estamos diante de um Governo que não se transformou, com um presidente ou um governo capaz de suprir as demandas e as necessidades da nossa população, mas que preferiu adotar um caminho para transformar-se num verdadeiro ponta-de-lança dos interesses do capital estrangeiro-internacional.

Hoje, vemos que se gasta muito mais para se pagar juros de uma dívida impagável do que para fazer a saúde e a educação do povo, a



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	16
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

reforma agrária e tantas coisas que seriam fundamentais para melhorar a condição de vida de toda a nossa população.

Em Brasília, também estamos num desses momentos difíceis, porque estamos vendo retroceder conquistas pelas quais todos nós lutamos e que acreditávamos estarem mais ou menos assentadas.

Ao ler um artigo do *Correio Braziliense* a respeito do São Vicente de Paula - e aqui está a nossa companheira Dulce, que sofreu muito para implantar o que lá foi implantado -, vemos que houve um retrocesso. Todo o trabalho iniciado pelo Instituto de Saúde Mental para fazer com que fosse implantada uma reforma psiquiátrica em Brasília; todo o trabalho desenvolvido por diversos companheiros da área de saúde, não só por médicos, enfermeiros e profissionais de saúde, mas também pela comunidade organizada, pelos usuários dos serviços e seus parentes, pelas pessoas que deram o melhor de si para colocar em prática essa luta antimanicomial, que todos nós - como a Henriqueta, o Augusto e tantos outros - abraçamos, enfim, toda essa luta feita com tanto ardor está dando um passo para trás.

Acho que este momento em que estamos aqui na Câmara Legislativa, representação da população de Brasília, falando do dia em que se comemora a luta antimanicomial e outorgando à figura da Dra. Zélia esse título de Cidadã Honorária, o qual surgiu a partir de uma proposição feita pelo nosso companheiro Deputado Wasny de Roure, é muito importante para que todos nós aqui presentes, guerreiros e guerreiras da luta antimanicomial, tomemos consciência do nosso papel, da importância do



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	17

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

prosseguimento dessa batalha e, sobretudo, do cuidado e da resistência que temos de oferecer para que não voltemos atrás naquilo que já conquistamos.

Tenho certeza de que todos nós sairemos desta sessão com a convicção de que o título que a Dra. Zélia recebe dá a ela mais responsabilidade do que ela já teve e tem com relação a esse luta. Esse título nos alimentará e nos fortalecerá para que possamos prosseguir nessa batalha. Tenho certeza de que um dia seremos vitoriosos, porque essa luta é, sobretudo, pela conquista da cidadania. Essa é uma luta para que combatamos a exclusão social e para que transformemos os excluídos em cidadãos. Entre esses excluídos, estão os portadores de doenças mentais. Queremos transformar todas essas pessoas em cidadãos e cidadãs brasileiros. Por isso sairemos daqui com muito mais força e vigor e não vamos nos deixar abater por um momento de revés. Não nos deixaremos abater por essa conjuntura que, aparentemente, é difícil, mas que começa a se modificar, porque a população está percebendo que é preciso tomar posição e participar para mudar esse quadro de realidade.

Dra. Zélia, espero que o seu exemplo de luta e esse título que agora você recebe represente para todos nós um alento, que nos dê coragem, força e garra para prosseguir o nosso trabalho em favor de todos os excluídos da população brasileira, da luta pela cidadania e pela implantação em nosso país da reforma psiquiátrica, dando prosseguimento à luta antimanicomial na qual, um dia, com certeza, seremos vitoriosos porque a nós se somará toda a população que hoje sente-se excluída do processo político e social deste país.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	18

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Zélia, um grande abraço.

Parabéns ao Deputado Wasny de Roure por ter feito esta proposição. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - A nossa companheira Ariete Sampaio necessita sair por motivos particulares. Portanto, sinta-se à vontade, Ariete.

Eu gostaria de registrar a presença do Deputado Paulo Tadeu, Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, que está aqui prestigiando a nossa sessão.

Concedo a palavra à coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Sra. Eva Faleiros.

SRA. EVA FALEIROS - Boa-tarde a todos os companheiros da Mesa e do auditório. Quero lembrar que nos Quarenta Anos de Loucura no Distrito Federal", como nós chamamos a semana, e o documento que eu e o Sr, Augusto esboçamos, relata uma breve história dos serviços públicos de assistência à saúde mental no Distrito Federal - o qual está à disposição dos interessados.

Podemos perceber que o serviço de saúde mental no Distrito Federal passou por uma descontinuidade, fruto de uma luta teórica, política e ideológica. Nós estamos aqui para dizer que vamos continuar com essa luta no Brasil inteiro. Temos certeza de que os resultados do que defendemos não estão mais aqui para serem comprovados.

Nós, 1500 participantes de um encontro nacional em Maceió, vimos 1200 usuários que, naquele momento, provaram para o Brasil inteiro



Data 18 /05 /00	Horário Início 15h40min	Sessão / Reunião SOLENE	Quarto 19
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

que a desinstitucionalização é o caminho. Havia pessoas que tinham trinta anos de manicômio e que, atualmente, estavam em residências, fora do manicômio. Eles informavam sobre formas de financiamento da casa própria. Tudo isso depois de trinta anos de manicômio!

O que nós defendemos é que os portadores de transtornos mentais ou dificuldades psicológica estejam na vida, que eles saiam não só dos hospitais psiquiátricos, mas também de outras formas que podem ser criadas com o ranço manicomial. Se nós não formos capazes de acreditar na autonomia deles, num ato de amor e de fé, e que eles são cidadãos, pessoas que podem ter uma vida normal em sua singularidade...

Eu gostaria que nós superássemos essa ideia da desospitalização somente porque desospitalizar um paciente para deixá-lo sozinho, encerrado em casa, sem participar, não vai adiantar.

Hoje fiquei muito contente ao assistir às entrevistas peia televisão, pois pude perceber que a população do Distrito Federal começa a entender que os doentes mentais, como quaisquer outros doentes ou não-doentes, são cidadãos e têm o direito de viver na cidade.

A Dra. Zélia sempre me impressionou por sua competência técnica, afetiva e política no tratamento com os seus pacientes cidadãos.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Com a palavra a nossa Cidadã Honorária de Brasília, Dra. Maria Zélia Serra.

DRA. MARIA ZÉLIA SERRA - Todos que me conhecem sabem que não primo pelo protocolo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	20
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Exma. Sra. Presidente desta sessão, Deputada Maninha; Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure; coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Sra. Eva Faleiros; Sr. Presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Eduardo Guerra; representante do Conselho Regional de Psicologia, Sr. Neodir Ferreira da Mota; meus colegas de trabalho; meus companheiros de luta no Movimento Pró-Saúde Mental; moçada componente do grupo de residentes em saúde mental multiprofissional; familiares dos usuários de saúde mental aqui presentes; usuários de saúde mental Ziza e Elza; meus ex-clientes, que não são comumente chamados de usuários, mas que partilharam comigo em momentos diferentes, que não foram da rede pública, e encontram-se aqui presentes; meus amigos; demais pessoas presentes, sinto-me, neste momento, vivenciando um desafio e, como gosto de ser sempre verdadeira nas minhas observações, vou tentar ser assim aqui também.

Qual é o desafio? Se, por um lado, eu me sinto extremamente honrada, honrada mesmo com a lembrança e a proposta do Deputado Wasny de Roure, flagrando-me, às vezes, até envaidecida com isso, devido à minha falibilidade humana - não gosto de me sentir envaidecida, mas me flagro às vezes assim -, por outro lado, é muito difícil para mim, tentando ser a mais honesta possível, aceitar que seja eu, Maria Zélia, merecedora deste título, desta honra. Estou sendo verdadeira e não estou fazendo charme.

Por que isso? Estar em contato com as pessoas portadoras de qualquer forma de sofrimento psíquico, escutá-las, atendê-las, tentar compreendê-las é uma experiência extremamente enriquecedora para mim,



Dota 18 /05 /00	Horário Início 15h40min	Sessão / Reunião SOLENE	Quarto 21
--------------------	----------------------------	----------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

é uma experiência que não faz senão ampliar o meu espaço existencial. Faço isso com o máximo prazer, pois é o que dá todo o sentido a minha vida. Quando essas pessoas portadoras de sofrimento psíquico estão diagnosticadas dentro daquele grupo - usando uma linguagem das resoluções do Conselho Federal de Medicina - de transtorno mental e que, em função desse adoecimento, são excluídas, luto por elas e lutarei até morrer, tentarei fazer o possível e o impossível para que essas pessoas deixem de ser excluídas um dia.

Feitas essas afirmações, eu me pergunto se há altruísmo em mim e vejo que não há. O que estou fazendo, às vezes, é difícil e duro, enfrento muitas guerras e dificuldades com extremo prazer. Isso realmente é que dá sentido à minha vida, pois é minha missão. Eu me pergunto por que recebi este título? A única resposta que encontro e acredito que tenha sido em função disso que o Deputado Wasny de Roure apresentou esta proposta -, é que eu esteja aqui não enquanto a Maria Zélia pessoa, mas enquanto a Maria Zélia como representação simbólica da luta antimanicomial. Aí está tudo bem, assim eu sou a favor dessa luta.

Ainda assim, quando falam em representantes dessa luta e do movimento antimanicomial, além de todos nós que estamos à frente, nas trincheiras, que somos altamente conhecidos de todos, lembro muito daqueles que trabalham em silêncio, que nunca aparecem, que "carregam o piano" para os outros tocarem. Quando falo nisso, presto uma homenagem a João Pedro, uma pessoa que, neste momento, encontra-se aposentada. Ele foi auxiliar de enfermagem no Instituto de Saúde Mental e era uma pessoa



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	22
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

que tratava o paciente com tamanha ternura e firmeza que, quando se sabia que ele estava ali, ficava-se em paz. Foi João Pedro, esse auxiliar de enfermagem, um dos meus primeiros mestres dentro daquele instituto. Ele era uma pessoa capaz de aproximar-se de um paciente com tal ternura que ele conseguia conter o paciente com um abraço e não amarrando-o num leito. Neste momento, eu gostaria de lembrá-lo e de também dividir com ele este título, acho que é nosso.

Além de João Pedro, lembro-me da enfermeira Ilza, pela sua clareza, pela sua honestidade, pela sua coerência entre a sua fala e a sua ação e pela sua coragem em denunciar sempre a favor do paciente. Toda vez que alguma falta ou algum pequeno deslize nosso pudesse significar um leve retorno a uma ação manicomial, ela sempre dizia: "Cuidado, vejam o que estão fazendo". Até em coisas pequenas, como trocar um garfo de metal por um garfo de plástico.

Não por acaso os dois são da categoria funcional da enfermagem, aquela que está ali junto, convivendo com o paciente. Vai a minha homenagem extensiva a todos os enfermeiros. Além deles, homenageio o pessoal que presta assistência da porta para fora, que os senhores sabem quem são: das quais algumas assistentes sociais, estão aqui presentes. Muitas vezes, elas saem do recinto do seus hospitais e vão a uma casa desconhecida, sem saber o que encontrarão lá. Elas permitem fazer com que a família possa ser reconhecida como "tratada", pois, se a família não é responsável pelo adoecimento de um de seus membros, ela está fatalmente implicada com isso.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	23
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Eu gostaria de lembrar de uma figura que é muito pouco lembrada e que é, de certa forma, injustiçada por nós, psiquiatras, pessoa essa que tornou possível a fundação do Instituto de Saúde Mental. Nessa revista que vocês receberam aí, acho que há uma cópia desse artigo. É um número da *Revista de Saúde* feito em homenagem à comemoração dos 10 anos do Instituto em que há um artigo do Dr. Renato Cãnfora, aqui presente, que trata da história desse Instituto e que faz referência a essa pessoa, dizendo quem ela é; o Dr. Inácio Republicano de Oliveira, que, não sendo psiquiatra, foi a primeira pessoa que deu um passo concreto para a fundação da primeira unidade assistencial com características antimanicomiais. Além disso, ele foi a primeira pessoa que teve a experiência de conviver com os pacientes. À época, ele era assessor do Sr. José Aparecido e, para que fosse possível existir aquele Instituto de Saúde Mental, o Sr. Aparecido exigiu que ele fosse morar lá dentro. Não era uma casa grande, não. Era na casinha onde moravam os guardas, se não me engano, feita de telha van. Ele teve de deixar a sua casa aqui na cidade e ir com sua mulher e seus filhos morar lá. Ele fez isso: "Vou conviver. Vou ter a experiência da convivência." Não fazia nenhuma interferência do ponto de vista técnico. Era, muitas vezes, extremamente criticado por nós, os iluminados psiquiatras da vida, esquecendo que a postura dele tornou possível a nossa presença ali dentro. Eu gostaria que o Sr. Samuel estivesse presente para confirmar o que vou relatar a vocês. O Sr. Samuel, isso também está escrito nesse artigo, tinha um distúrbio medular - não sei se uma hérnia de disco ou um tumor medular, qualquer coisa parecida - que



Dota	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	24

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

lhe impedia de adotar postura dorsal: ele não podia se deitar, só podia ficar sentado. Internado num determinado hospital, ele teve um episódio psicótico e isso foi interpretado como uma postura delirante dele. Baseado nessa interpretação, ele era simplesmente obrigado a ficar na cama, com toda a sua dor, porque sentado, ele estaria delirando. Até que, no Instituto, o Sr. Inácio desconfiou disso, levou o Sr. Samuel para o Sarah, ele foi examinado, sofreu uma cirurgia e acabou o seu delírio. Este episódio é contado nesse artigo publicado nessa revista.

Além de todas essas considerações, ainda se prestava, com o seu olho vivo, com a especialidade que tinha, a fazer esses favores, a essa prestação de assistência lá dentro. Lembro que ele se propôs, logo que começavam a circular os ônibus para lá, a ficar na entrada do instituto para receber o pessoal. Essa pessoa hoje é inteiramente esquecida. Não digo que esteja inteiramente esquecida, mas eu gostaria de, neste momento, lembrar claramente que, depois, ele pagou um preço muito alto por ter feito isso no final de 1989 e no começo de 1990, como aconteceu.

A outra pessoa, ninguém lembra o nome. É o famoso padioleiro que sensibilizou o Sr. Inácio pois, na sua frente, perguntou ao Sr. Secretário de Saúde: "O que vocês vão fazer pela saúde mental em Brasília?" Não sei se a pergunta foi exatamente essa. No artigo do Dr. Renato consta essa pergunta. Se o padioleiro não tivesse feito essa pergunta, provavelmente aquele Instituto não existiria hoje. Se alguém não tivesse a sensibilidade de escutar essa pergunta, ele não existiria hoje. Nenhum dos dois era psiquiatra ou psicólogo, embora o padioleiro fosse um servidor de saúde mental. Todos



Dato	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	25

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

os trabalhadores presentes que são ou que foram servidores do Instituto de Saúde Mental sabem dessa história, mas acho que a grande maioria das pessoas não. Inácio é filho de Seu Beija, aquele da farmácia verde de Brazlândia que curava os pobres da cidade com suas ervas e que, durante um tempo, a Secretaria deu apoio para isso.

Por falar em convivência, estou vendo uma pessoa que esqueci de citar: o Dr. Valter Ribeiro, meu primeiro mestre de Gestalt terapia. (Palmas.). Embora eu saiba que ele sentiu-se incluído em minha categoria de amigos, eu gostaria de tornar público o quanto a formação e o treinamento de Gestalt terapia que o Dr. Valter introduziu em Brasília, foi importante para que fosse possível a experiência de convivência com os pacientes.

Um dos nossos aprendizados no Instituto de Saúde Mental diz respeito à convivência com o paciente, que era, em si, terapêutica. Não era apenas a base, o chão, o suporte em que incidiam as várias formas de terapia. Ela era terapêutica em si, porque era includente, permitia a interação, as trocas e, muitas vezes, os pacientes eram os terapeutas, por mais estranho que isso possa parecer.

Em 1991, depois de o Instituto ter passado pelo primeiro revés, houve um Congresso de Gestalt em Brasília no qual apresentei a experiência do gestaltismo, chamando a atenção para o fator da convivência.

Só essa sinalização, que não foi aprendizado teórico, mas um aprendizado pela prática, seria um instrumento suficiente para se derrubar



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	26

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

qualquer forma de exclusão, qualquer forma de assistência manicomial. Detesto falar assistência manicomial, porque manicômio não é assistência. É qualquer coisa, qualquer atitude cruel ou devastadora, menos assistência.

Espero que uma Cidadã Honorária de Brasília tenha o direito de levantar tais lembranças e de contar histórias pouco conhecidas para que não se envergonhe de receber esta honra, mesmo em nome da luta antimanicomial numa terra onde milhares de pessoas não têm, sequer, o direito de apenas ser cidadão. A luta antimanicomial é o pedaço que me coube nesse latifúndio, é um pedaço de toda uma luta maior.

Tenho outras histórias, mas que são conhecidas mais pelo pessoal da área de saúde e do pessoal da saúde mental. Não citarei todos os fatos aqui. Depois do discurso do Deputado Wasny de Roure, não teria mais nada para se falar sobre manicômio. S.Exa. falou tudo.

Na cópia da revista que vocês receberam, há uma série de eventos, porém eu gostaria de chamar a atenção para alguns que fazem sentido para o retrocesso que vivemos neste momento. Em 1987, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental no Rio de Janeiro e, nesse mesmo ano, o I Encontro de Trabalhadores de Saúde Mental, em Bauru. Esses dois eventos foram importantíssimos, depois daqueles anos de escuridão, para que alguma coisa se movesse na tentativa de mudança dentro da assistência em saúde mental.

Todos sabem que, no fim da década de 50, início de 60, sobretudo em 1968, um sopro transformador passou pelo Ocidente. Todas as instituições foram muito questionadas, inclusive a instituição psiquiátrica.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	27
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Só que, em 1968, estávamos, aqui, imobilizados. Imperava o poder arbitrário que prendia, torturava e matava.

Tenho até uma história interessante para contar acerca disso, mas conto depois.

Nise da Silveira, milagrosamente, conseguiu, ainda em 1956, fundar a Casa das Palmeiras, isolada, funcionando quase que na base do voluntariado. Com o apoio de artistas e de outros colegas de profissão, mas sempre um apoio voluntário, conseguiu fundar a Casa das Palmeiras e, até sua morte, conseguiu mantê-la. Agora não tenho mais notícias. Ela faleceu no ano passado.

No ano que aconteceu a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Encontro de Trabalhadores de Saúde Mental, dois marcos importantes para a nossa luta, ocorreu a fundação do Instituto de Saúde Mental.

Em 1989 era implantada a reforma psiquiátrica, em Santos, de uma forma democrática, uma construção coletiva. Aquele manicômio sobre o qual o Deputado Wasny de Roure falou, e pelo qual o Tikanori está respondendo a processo, era chamado "A Casa dos Horrores". A comunidade daquele município foi informada e participou da implantação daquela reforma.

Todos sabem que Santos, há cerca de um ou dois anos, está vivendo um triste processo de estar vendo desmantelada toda essa reforma que foi implantada. Ouvi notícias por aí de que alguma coisa talvez estivesse sendo resgatada, segundo a Henriqueta falou.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	28

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

No XI Congresso Nacional de Psiquiatria, em 1990, realizado em Salvador, ocorreram três fatos extremamente importantes. Primeiro, a apresentação para a comunidade psiquiátrica dessa experiência de Santos. Os congressos de psiquiatria ocorriam a cada dois anos e foi a primeira vez que Santos apresentou essa experiência para a comunidade psiquiátrica.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo XI Congresso Brasileiro de Psiquiatria, em Salvador, ocorreu a primeira reunião de articulação da luta nacional antimanicomial, que hoje comemoramos aqui. Na plenária final desse congresso foi aprovada, por unanimidade, uma moção de apoio ao projeto de lei de autoria de Paulo Delgado. Estavam presentes nesse Congresso pessoas da FBH, mas a moção foi aprovada por unanimidade.

Em 1991 foi lançado - e não criado -, nesta Casa, o Movimento Pró-Saúde Mental/DF, o representante local da luta nacional antimanicomial.

Nesse mesmo ano, ocorre no Senado Federal um seminário sobre saúde mental, com participação de profissionais, de usuários, de familiares e também da FBH. No ensejo desse seminário, promovido no Senado Federal, Paulo Delgado apresenta a sua lei, que, a essa altura, já havia sido aprovada na Câmara, tramitava no Senado, e Domingos Sávio, que era coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde, apresenta o projeto da Cosan, visando implantar a reforma psiquiátrica aqui. Diga-se de passagem que o projeto da Cosan - não sei se se chamava Cosan naquela época ou Corsan, do Ministério da Saúde - era mais adiantado, mais audacioso do que o que propunha o próprio projeto de lei do Paulo Delgado. Vocês sabem que esse projeto de lei ficou tramitando na Câmara e no



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	29
Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Senado por quase dez anos. Recentemente, no ano retrasado, após várias emendas, ele foi substituído por um substitutivo que se encontra na Câmara aguardando aprovação na Comissão de Constituição e Justiça. No dia 28 de março deste ano foi para essa Comissão. Particpei desse seminário no Senado e recebi de presente sete horas de gravação que me foram dadas por uma funcionária do Senado presente nesta sessão. Se, algum dia, alguém quiser contar essa história, saber o que foi dito lá e quem disse, tenho essas fitas em minhas mãos.

No início deste ano, o Instituto de Saúde já havia passado pelo seu primeiro revés. Em 1994, o Conselho Federal de Medicina promove um amplo seminário sobre reforma psiquiátrica no Brasil. Esse seminário teve a duração de dez dias e participaram representantes dos conselhos regionais de Medicina de todo o Brasil, profissionais de saúde mental, familiares, usuários e juristas. Em decorrência desse seminário, surgiram duas resoluções: a Resolução ICFM nº 1.407/94, que "determina que o documento da ONU seja seguido por todos os médicos do Brasil", e a Resolução nº 1.408/94, que é feita pelo próprio Conselho Federal de Medicina.

Pelo visto, essas duas resoluções não foram feitas por decreto, mas construídas de uma forma coletiva, após uma longa discussão que envolveu conselheiros regionais do Brasil inteiro, que envolveu Parlamentares, juristas, usuários e familiares de saúde mental. Nesse exato momento, eu acabava de conversar com o Presidente do Conselho e tivemos a informação de que haviam conseguido revogar a lei de saúde



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	30

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

mental do Estado de Alagoas que estava vigente - não sei por quais meios, mas por interferência dos colegas psiquiatras de lá. Além disso, há toda uma mobilização entre os médicos no sentido de fazer com que sejam revogadas essas resoluções do Conselho Federal de Medicina. Por que isso? Porque se nós, médicos - isso não inclui as outras categorias funcionais - do Brasil, seguíssemos essas resoluções e não cometêssemos infrações em relação a elas, a reforma psiquiátrica estava feita. Aí vai a provocação do colega Presidente do Conselho Regional de Medicina. Claro que o Conselho só pode tomar providências se chegar alguma denúncia em relação a isso.

São fatos marcantes: a I Conferência Nacional de Saúde Mental, o II Encontro dos Trabalhadores de Saúde Mental, o XI Congresso Brasileiro de Psiquiatria, ocorrido em Salvador, quando houve apresentação para a comunidade psiquiátrica da reforma de Santos; a primeira reunião dessa nossa luta antimanicomial, e essa moção de apoio, por unanimidade, ao projeto de lei de Paulo Delgado e o seminário do Conselho, de onde resultaram essas duas resoluções.

Vem o ano de 1995. Em 1995, os ventos começaram a soprar a nosso favor. Claramente, contávamos com o apoio para tentar a implantação da reforma psiquiátrica com a administração pública local. No âmbito do IV Congresso Médico de Brasília, ocorrido em 1995, ocorreu o I Fórum de Saúde Mental, com a participação de muitas das pessoas que estão presentes aqui, quando foi eleito, pela primeira vez, na plenária final, o Coordenador de Saúde Mental de Brasília, que está aqui presente, o Dr. Augusto. O então Secretário de Saúde, Dr. João de Abreu Branco Júnior,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	31

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

confirmou-se a eleição e criou-se por meio de uma portaria a Coordenação de Saúde Mental diretamente ligada ao Gabinete do Secretário. Então, pela primeira vez, em Brasília, a Coordenação de Saúde Mental passou a ser, de fato, uma Coordenação de Saúde Mental e não uma coordenação da psiquiatria.

Nesse mesmo ano, a Lei nº 975/95, de autoria da Deputada Maninha e dos Deputados Benício Tavares e Antônio José - Cafu, foi sancionada pelo então Governador Cristovam Buarque. Estávamos cheios de esperança e indo de vento em popa. De fato, apesar de uma série de dificuldades inerentes a qualquer transformação, a reforma psiquiátrica, nesse período, deu passos largos. A Coordenação de Saúde Mental, por meio de articulação, fez com que as unidades interagissem, deixando de ser unidades isoladas, e nós todos funcionávamos como uma construção coletiva. Não éramos Instituto de Saúde Mental, não éramos o São Vicente, não éramos isso ou aquilo. Era a rede! A rede tinha de responder por isso. Houve várias outras situações independentes da rede, como, por exemplo, uma interação contínua com o setor acadêmico. O setor acadêmico sempre foi visto como muito resistente a questões da reforma psiquiátrica. Então, passou a haver uma interação muito grande com o setor acadêmico. Houve um encontro com coordenadores de saúde mental de Havana e de Cuba por meio de um projeto de cooperação técnica Brasil, Cuba e Itália.

Em 1997, foram criadas várias outras formas de assistência dentro das unidades já existentes. Em 1995, logo foi criado o CAPS dentro do ISM. Então, o ISM deixou de ser apenas Hospital-Dia e passou a contar



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	32

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

com o CAPS. Depois foi fundado o CAPS no COMPP. O Hospital São Vicente passou por tudo isso que o Deputado Wasny de Roure disse aqui. A diferença é que nós testemunhas. O Hospital São Vicente passou por mudanças profundas, por sofridas mudanças, na pessoa da sua então diretora aqui presente, e perdeu sua cara de manicômio. O Hospital São Vicente estava ganhando uma identidade nova e dava gosto circular por esse hospital. Mas, ao sabor das mudanças político-administrativas o que aconteceu com o Hospital São Vicente, depois da matéria que o *Correio Braziliense* publicou, é de conhecimento de toda a população. Já sabíamos disso. O que se informa é que há um verdadeiro retrocesso lá dentro e que o Hospital São Vicente de Paula volta a adquirir sua cara de manicômio. Creio que vale a pena averiguar para ver se procede.

Quando as pessoas são chamadas a depor, a dar entrevistas no jornal ou na televisão, o discurso é um e a ação, outra. Dificilmente, encontraremos um colega psiquiatra que irá dizer que é contra a reforma psiquiátrica. Eu ouvi e li no jornal: estamos fazendo a reforma, sim, mas só que de um jeito diferente! Aí vem a pergunta.

Em relação ao ISM, sinceramente, sinto-me impedida de falar. Não quero falar porque não sou isenta. O ISM é um caso de amor e não consigo manter a distância emocional necessária para fazer uma crítica racional e limpa. Estou vendo aqui, cheia de afeto, vários colegas de lá e não quero falar sobre o Instituto de Saúde Mental.

Ainda em 1998, lá no Instituto de Saúde Mental, foram inauguradas duas construções, uma das quais seria destinada para a



Data 18 /05 /00	Horário Início 15h40min	Sessão/ Reunião SOLENE	Quarto 33
--------------------	----------------------------	---------------------------	--------------

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

pensão protegida e a outra para o lar abrigado. Foi lançada, também, a pedra fundamental do laboratório de Fitoterapia, que era uma atividade que os pacientes utilizavam quando mexiam nas plantas. O que aconteceu com essas unidades, que eram lindíssimas? Lembro-me de Dos Reis dizendo que iria mudar para aquela casa. Foram construídas e inauguradas e, talvez, tenha sido uma das últimas ações. Foi implantada, também, no começo do ano de 1998, a Unidade de Assistência e Dependência Química. Essa foi uma exigência que se fez. Essa unidade foi implantada depois de o pessoal ter sido treinado e ter passado por uma série de estágios e experiências. Quando saímos de lá ainda continuava; agora, não sei.

Finalmente, creio que, de todas essas ações inerentes à reforma, a última que ainda persiste foi a criação dessa turminha que vocês estão vendo, que foi a residência multiprofissional de saúde mental. Esperamos que tenham força suficiente para não deixar que seja destruída. Aprendemos pelas experiências da vida que nenhuma categoria profissional nossa faz nada sozinha... ou trabalhamos de uma forma multiprofissional, tentando uma interdisciplinaridade ou nenhum de nós consegue fazer coisa alguma. Creio que esse foi o último ato.

Agora, acabo essa fala. Deixei de me referir a uma série de fatos que já tinham sido expostos: Aí me pergunto: será que é o nosso destino retrocedermos sempre?

Vocês sabem qual a data da promulgação da lei nacional que nos rege, enquanto a lei de Paulo Delgado não é aprovada? 1934. Setenta e seis anos.



Data 18 /05 /00	Horário Início 15h40min	Sessão/ Reunião SOLENE	Quarto 34
--------------------	----------------------------	---------------------------	--------------

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Então surge a pergunta: será que é nosso destino retrocedermos sempre? Será que o destino das pessoas portadoras de transtornos mentais é ser sempre alijadas? Será que nós outros, digamos "normais", temos medo dela" ou temos medo de que a sua proximidade mobilize os nossos próprios núcleos psicóticos que se encontram escondidos em todos nós?

O modo diferente de ser dessas pessoas também compõe o nosso ser integral. Só que poucas pessoas arriscam-se a serem integrais no mundo.

Eu gostaria de contar uma história para vocês que se refere ao tempo da ditadura. Apesar de não ter nada a ver com a luta manicomial, eu vou contá-la. Uma vez eu recebi um paciente no consultório. Naquela época eu estava demitida politicamente, não podia fazer concurso público para nada. Só podia trabalhar em clínica privada. Apareceu um paciente no consultório. Recebi um aviso de um colega para que eu ficasse atenta, pois aquela figura tinha ido lá para me denunciar. Acho que algumas pessoas conhecem essa história. Sabem o que ocorreu? A figura tinha ido ali mesmo para me vigiar e denunciar. Sabem o quê ocorreu com essa figura? Entrou num processo de terapia e entregou-me todo o seu pessoal. Essa é a sina vitoriosa!

Outro fato determinante para que eu assumisse de corpo e alma a luta antimanicomial foi a seguinte: Uma vez, há muitos anos atrás, em outra cidade que não esta, estávamos visitando um hospital psiquiátrico integral. Na sua sala, numa Sexta-feira Santa, havia flores, lanches, biscoitos, e os diretores do hospital ali estavam numa boa. De repente, eu

Data	Horário início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	35

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(o)
---------------	------------	-----------

disse que gostaria de ir na ala. Permitiram-me e quando lá cheguei, havia pelo menos, três pessoas na ala feminina contidas na cama. Uma delas era uma jovencinha, mal entrando na juventude. O olhar daquela moça - ela não me disse uma palavra -, a súplica que existia naquele olhar e, ao mesmo tempo, o tamanho da ternura que ele expressava marcou-me de tal forma que esse fato ficou registrado. A luta manicomial não deixa você nunca mais. Esse olhar me persegue até hoje.

Eu gostaria de, meios às avessas, pedir perdão a vocês pela dureza das minhas colocações finais. Peço a vocês que se deixem tocar pela ternura suplicante daquela moça e, se isso acontecer, se vocês todos tornarem-se aliados dessa causa, então, posso dizer que não terá sido em vão eu estar aqui agora. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Lembramos que nos dias 15 e 12 de maio foram comemorados, respectivamente, o Dia do Assistente Social e o Dia do Enfermeiro, formando assim a equipe multiprofissional ideal para se trabalhar na área de saúde, como a Dra. Maria Zélia Serra muito bem caracteriza.

Convido a paciente Elza Nogueira da Cruz Rocha para proceder à entrega de flores à nossa homenageada. (Pausa.) (Palmas.)

Convido a assistente social Marlene Moura de Moraes Rêgo para proceder à entrega de flores à nossa homenageada, em nome de todos os profissionais de saúde mental do Distrito Federal. (Pausa.) (Palmas.)

Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure, autor do requerimento que possibilitou esta sessão; Sr. Presidente do Conselho Regional de Medicina



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	36

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

do Distrito Federal, Dr. Eduardo Guerra; Sra. Vice-Presidente Regional do Partido dos Trabalhadores, Ariete Sampaio; representante do Conselho Regional de Psicologia, Sr. Neodir Ferreira da Mota; Sra. coordenadora do Movimento Pró-Saúde Mental do Distrito Federal, Sra. Eva Faleiros; colegas presentes, equipes de saúde, senhoras e senhores, eu não iria fazê-lo o discurso diante do adiantado da hora, mas resolvi fazê-lo diante do que a Sra. Maria Zélia Serra acabou de dizer.

Sra. Maria Zélia Serra, estou com o seu currículo e me informaram que eu teria de fazer um bonito discurso para V.Sa. Eu não vou fazê-lo; apenas direi para V.Sa. que quando começamos a trabalhar juntas, num primeiro momento, tive a sensação de que teríamos dificuldades. Num segundo momento, caí de amores por V.Sa., tornando-me a sua grande companheira, a sua colega e tenho certeza de que também sua amiga. Portanto, não tenho o que dizer de V.Sa., somente tenho que beber do seu conhecimento, apreciar suas ações.

Por isso, Sra. Maria Zélia Serra, considero uma insensatez, uma incompetência a crueldade do Governo Roriz em atingir a reforma psiquiátrica no Distrito Federal, que ganha "camisa-de-força" e "algemas químicas". Quem precisa de confinamento, de camisa-de-força e de eletrochoque? Acho que o atual Governo, e ó sobre ele que, diariamente, aparece nos jornais e televisões o mar de corrupções, sua marca política, que envergonha qualquer cidadão do Distrito Federal.

As pessoas portadoras de transtornos mentais, Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz, não merecem uma



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	37

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

perseguição política à reforma psiquiátrica. Isso é um atentado aos princípios científicos da Medicina moderna em psiquiatria, e mais ainda, é um atentado aos direitos da cidadania das pessoas portadoras de transtornos mentais.

O mundo inteiro sabe, e o Brasil também, que o isolamento dos pacientes não é somente um retrocesso à saúde mental, ou remar na contramão das conquistas da reforma psiquiátrica, é também requinte de crueldade, pois impede a melhoria e a recuperação das pessoas portadoras de transtornos mentais. Mais do que isso, é a pá de cal para a cronicidade e alienação social dos usuários submetidos ao tratamento. É também um desrespeito à Constituição Brasileira, às Leis Orgânicas da Saúde do Distrito Federal e à Lei nº 975, de 12 de dezembro de 1999, de nossa autoria, juntamente com os Deputados Benício Tavares e António José - Cafu, aprovada nesta Casa, por unanimidade, que fixa as diretrizes para a atenção à saúde mental no Distrito Federal.

Daqui leio uma faixa que diz: "Obrigado, meu Deus, por ter Roriz como Governador". Obrigado pelo Governo Democrático e Popular que deu o exemplo, seguindo a orientação das maiores autoridades científicas da saúde mental do País e do mundo civilizado, quando teve a coragem e a ousadia de competir com o modelo tradicional dos manicômios e dos hospitais psiquiátricos obsoletos e ultrapassados pela ciência moderna.

Não houve restrições às visitas de familiares em qualquer horário. Os parentes e amigos de usuários, inclusive crianças, podiam visitar os seus quando bem quisessem, pois isso só traz benefício à recuperação

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	38

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

dos pacientes internados. Eles circulavam, mesmo em crise, sem isolamentos e contenções, ou com o mínimo suficiente para não representarem risco para si próprios ou para os outros.

O maior contato possível com outras pessoas os ajuda a sair da crise, reduz a angústia e também o tempo de internação hospitalar e favorece o convívio social. A contenção chegou próximo de zero e não nos consta que houve dificuldades como fugas ou acidentes que comprometessem a segurança dos usuários ou mesmo da instituição. Tivemos a aprovação destes e de seus familiares.

Os cidadãos do Distrito Federal reconhecem que as medidas tomadas por este Governo irresponsável e inconsequente que está no poder significam o retorno do hospício, do modelo perverso de lidar com as pessoas portadoras de transtornos mentais. Esse modelo há muito tempo, já deveria estar extinto do sistema de saúde do nosso país, pois envergonha os competentes profissionais da área de saúde mental.

O Hospital São Vicente de Paula e o Hospital Dia foram visitados, à época, por especialistas em saúde mental de reconhecidas instituições internacionais.

A população do Distrito Federal, em geral, e a Câmara Legislativa, senhoras e senhores, exigem um basta ao atraso na política de atenção à saúde mental. Por isso aprovamos, por unanimidade, uma comissão que deverá visitar, a partir da próxima semana o Hospital São Vicente de Paula e o Instituto de Saúde Mental para fazer um relatório que encaminharemos ao Secretário de Saúde do Distrito Federal. É preciso dar



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
18 /05 /00	15h40min	SOLENE	39

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

um basta à insensatez, à irresponsabilidade e, por que não dizer, à violência e à crueldade!

Dra. Zélia, você significa a paz e a luta contra essa violência.

Obrigada a todos.

Convido os presentes a ouvirem o Hino à Brasília.

(Hino a Brasília.)

PRESIDENTE (DEPUTADA MANINHA) - Declaro encerrada esta sessão solene.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)